

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.322 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2001

ORDEM DO DIA

Plenário deve examinar hoje projeto com mudanças na prisão especial

PÁGINA 2

APAGÃO

Especialistas defendem revisão do modelo de privatização no setor elétrico

PÁGINA 6

CONGRESSO

Comissão de Orçamento vota destaques à LDO e rejeita diminuição de superávit

PÁGINA 8

MPs

Vários senadores saudaram ontem em Plenário o acordo firmado na Câmara pela aprovação da PEC que limita a edição de medidas provisórias.

PÁGINA 5



Na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Romero Jucá (ao microfone) faz a defesa de seu parecer favorável à regulamentação do fundo

Fundo que destina R\$ 4 bilhões contra a pobreza vai ao Plenário

Recursos oriundos de parte da CPMF já estão disponíveis e podem ser aplicados no combate à miséria tão logo o Senado aprove e o presidente da República sancione a regulamentação

O projeto de regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que destina R\$ 4 bilhões, anualmente, para as áreas carentes do país, será votado em Plenário na terça-feira. Ontem, a Comissão de Assun-

tos Sociais aprovou a proposta, que passou a tramitar em regime de urgência. Na CAS, a senadora Marina Silva apresentou voto em separado com o objetivo de permitir acompanhamento da aplicação dos recursos por

parte da sociedade civil. A alteração foi rejeitada pelo relator, senador Romero Jucá. Ele observou que um eventual adiamento da votação do projeto pela CAS prejudicaria a liberação dos recursos.

PÁGINA 3

RUPTURA

Maguito Vilela garante que bases do PMDB querem independência e defende saída do partido do bloco de sustentação do governo.

PÁGINA 4



JADER

Líderes querem agilidade do Ministério Público nas investigações sobre o caso dos TDAs

PÁGINA 9

Os líderes partidários estiveram ontem com o presidente do Senado

Senado vota hoje mudança na prisão especial

Conforme o projeto de lei do governo, esse benefício legal consistirá apenas no recolhimento do detento em local diverso do destinado à prisão comum. Cela especial também poderá ser em alojamento coletivo

O Senado vota hoje o projeto do governo que altera o Código de Processo Penal nos dispositivos relativos à prisão especial. O propósito é estabelecer que essa prisão consista exclusivamente no recolhimento do detento a local diverso da



Pedro Piva quer recursos de loterias para esportes olímpicos no país

prisão comum e que, na falta de estabelecimento específico para o preso especial, seu recolhimento seja em cela distinta.

Pela alteração proposta, cela especial é também alojamento coletivo, desde que atendidos requisitos de salubridade e impedido o transporte do preso especial em companhia do preso comum. São mantidos os demais direitos e deveres do preso, já previstos na Lei de Execução Penal.

Na mesma sessão, será votado substitutivo da Câmara a projeto

do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que destina aos comitês Olímpico e Paraolímpico 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, loterias federais e similares, sujeitos a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.

Relator da matéria, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) entendeu ser insuficiente o montante hoje destinado ao esporte olímpico, tendo em vista sua importância para a projeção do Brasil no cenário internacional. Favorável à iniciativa de Piva, ele disse que o projeto abre espaço para a efetiva promoção do esporte no Brasil, sem recurso à criação de novos incentivos fiscais.

Em discussão, concurso para membro de tribunal de contas

Será realizada hoje a quarta sessão de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia as modalidades de nomeação dos tribunais de contas de estados, do Distrito Federal e de municípios para abrigar a possibilidade de preenchimento das vagas de conselheiros mediante concurso público.

O primeiro signatário da PEC, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), lembra que o concurso público já é



Álvaro Dias lembra que ingresso na magistratura é por concurso

utilizado para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público, sendo portanto desejável que o critério possa ser estendido àqueles tribunais.

Para o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Jefferson Péres (PDT-AM), a proposta mostra-se conveniente e oportuna. Ele lembrou os muitos escândalos que surgiram em relação ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo nas administrações Paulo Maluf e Celso Pitta.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 45/01, altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), que trata da prisão especial; substitutivo da Câmara ao PLS 491/99, altera a redação do artigo 9º da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desportos; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; Parecer nº 568/01 sobre a Mensagem nº 1/01, que submete à deliberação do Senado o nome de Marisa Almeida Del'Isola e Diniz para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); PLS nº 132/97, autoriza a criação de distrito agropecuário no município de São Luiz do Anauá (RR); PLS nº 75/00, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e PDL nº 64/01, que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nísia Floresta (RN).

Quarta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 54/00, estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações que especifica; e PR nº 1/99-CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União.

14h – Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação do PLN nº 4/01, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 75/96, dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PDL nº 62/97, aprova o texto do Acordo Relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre os governos do Brasil e da França; e Requerimento nº 305/01, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 27/00, de sua autoria.

Sexta-feira

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: agenda em aberto

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 247/00, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia do Brasil, no valor equivalente a US\$ 180 milhões, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; Emenda nº 1, de plenário, oferecida ao PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; emendas de plenário nºs 6 e 7, oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; PLC nº 21/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; PLS nº 221/99, altera a Lei nº 6.024/74, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras; PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação; PLC nº 51/01, desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os artigos 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478/97, pertencentes à União; e Indicação nº 1/01, sugere, nos termos do artigo 224, combinado com o artigo 99, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser iniciado em maio de 2002, seja objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; PLS nº 653/99, altera a Lei nº 9.432/97, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem; e PLS nº 27/96, cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fundo da Pobreza vai agora ao Plenário

Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprova projeto regulamentando o fundo que deverá destinar R\$ 4 bilhões por ano às áreas mais carentes do país. Podem ser aplicados R\$ 500 milhões de imediato

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o projeto de lei da Câmara que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e que deverá destinar cerca de R\$ 4 bilhões, a cada ano, para as áreas mais carentes do país. Já aprovada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta será incluída na ordem do dia da sessão da próxima terça-feira, já que o Plenário aprovou ontem requerimento de urgência para sua votação.

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou voto em separado na CAS, tentando, conforme afirmou, aperfeiçoar o projeto da Câmara e tornar o fundo mais acessível ao acompanhamento da sociedade civil. Segundo Marina, o projeto aprovado representa apenas "uma gota d'água no oceano da exclusão social do Brasil". O voto dela, contudo, foi rejeitado pela comissão. Mas a senadora concordou em não inviabilizar a reunião da CAS, ao retirar pedido de verificação de quórum, ouvindo apelo nesse sentido formulado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado. Jucá alegou que o adiamento da votação do projeto pela CAS implicaria maior atraso na sua aprovação e, conseqüentemente, na liberação de recursos, já disponíveis, para o combate à miséria e à fome no país.

Já existem disponíveis para o

Miséria comove senadores

A senadora Marina Silva disse que há hoje no Brasil 78 milhões de pobres (e não os 38 milhões citados pelo governo), dos quais 43 milhões vivendo com menos de um dólar por dia (R\$ 2,47). Há ainda no país 15 milhões de analfabetos, afirmou.

A senadora lamentou que o governo tenha sempre recursos para socorrer banqueiros e para financiar grandes empresas e que disponha "somente de migalhas" na hora de resolver os problemas sociais. O projeto agora aprovado – frisou – está muito aquém do que deseja a sociedade. Ela lembrou, em seguida, as visitas feitas pela comissão parlamentar mista que estudou a questão da



Romero Jucá disse que rejeitou emendas da oposição levando em conta seu conteúdo técnico e a necessidade de votar logo a matéria

fundo cerca de R\$ 500 milhões, oriundos do diferencial de 0,08% da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) que vem sendo recolhido desde março último. Tão logo o projeto seja sancionado pelo presidente da República, esses recursos poderão ser aplicados imediatamente no combate à miséria.

Romero Jucá negou ter rejeitado as seis emendas de parlamentares do PT ao projeto por serem "emendas da oposição". Para ele, as emendas foram analisadas tendo em vista o seu conteúdo técnico e o aspecto prático da celeridade que o assunto exigia.

Marina anunciou que vai entrar com projeto de lei propondo a criação de um fundo social efetivamente compatível com o tamanho do problema da miséria e da exclusão no país. Segundo a senadora, seriam necessários R\$ 35 bilhões anuais para esse fundo, a fim de que, em dez anos, o país pudesse realmente extinguir a miséria.

pobreza a várias regiões miseráveis do país e mesmo a áreas urbanas, onde é dramática a questão da fome.

Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CAS, propôs que o Congresso continue buscando novas soluções de combate à pobreza. Ele disse na comissão que muitos parlamentares choraram ao assistir à série de reportagens que a Rede Globo está fazendo no *Journal Nacional* sobre a fome.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse reconhecer que, com a aprovação do fundo, o país avançou um passo. "Mas é preciso avançar muito mais" – ressaltou, recomendando, em seguida, a instituição de uma renda mínima para todo brasileiro.



Marina Silva anunciou que apresentará emenda propondo fundo social compatível com o tamanho do problema da miséria no país

Senado examina projeto sobre hospitais

O projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que destina 25% dos leitos operacionais e capacidade assistencial dos hospitais universitários a pacientes que se disponham a pagar será votado pelo Senado na próxima quarta-feira. Incluído na ordem do dia da sessão de ontem, o projeto teve sua votação adiada por requerimento dos senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Heloísa Helena (PT-AL), que desejam dispor de mais tempo



Alcântara: situação dos hospitais de ensino preocupa

para apresentar emendas ao projeto.

Segundo a proposta, também os pacientes que tenham cobertura de planos ou seguros de saúde, mediante ressarcimento pecuniário, poderão ser atendidos em hospitais universitários dentro do limite de 25% dos leitos. Os recursos obtidos dessa maneira devem obrigatoriamente ser utilizados na manutenção do hospital e na melhoria das condições de atendimento.

Na justificativa do projeto, Al-

cântara argumenta que a situação dos hospitais universitários e de ensino no país é financeiramente preocupante, uma vez que suas responsabilidades com a pesquisa impõem manutenção mais cara do que a dos hospitais públicos convencionais.

Ele afirma que muitas dessas entidades já reservam parte de seus leitos a pacientes particulares ou de convênios, mesmo que a Lei Orgânica da Saúde lhes vede essa possibilidade. O projeto pretende regularizar a situação, impondo limites e obrigando que os recursos obtidos sejam usados no aperfeiçoamento tecnológico das unidades.

Jogador de futebol sem diploma poderá ser treinador

O Senado aprovou ontem projeto de lei – de autoria do ex-senador Luiz Estevão – permitindo que o jogador de futebol profissional que tenha exercido a profissão por cinco anos e a função de assistente de treinador por prazo não inferior a seis meses seja treinador profissional sem possuir formação universitária em Educação Física. A matéria será submetida à apreciação da Câmara dos Deputados.

Segundo o relator, Maguito Vilela (PMDB-GO), os jogadores profissionais sem diploma universitário podem não deter um conhecimento técnico efetivo sobre educação física, mas certamente sabem bem o que ocorre dentro dos gramados. "Ser um bom técnico de futebol envolve algum conhecimento científico, mas muito mais emoção, carisma, motivação, apelo publicitário, confiança da torcida e psicologia de massa", argumentou.

Maguito explicou que o projeto não veda o acesso à função de técnico profissional aos que detêm o diploma, sem ter experiência de jogador de futebol.

Cabral pede aprovação da PEC que efetiva servidores do Serpro

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) voltou a defender a aprovação de emenda constitucional que regulariza a situação funcional de cerca de 4 mil servidores do Serviço de Processamento de Dados (Serpro), que há vários anos trabalham de forma contínua nos órgãos do Ministério da Fazenda, principalmente na Secretaria da Receita Federal.

Cabral disse que o enquadramento dos servidores do Serpro como técnicos da Receita Federal "é absolutamente justo", já que há mais de 20 anos vêm exercendo tarefas próprias da carreira de auditor do Tesouro Nacional. E lembrou que o próprio secretário da Receita, Everardo Maciel, reconheceu a necessidade de se efetivar os servidores.

A aprovação da proposta de emenda constitucional que trata do assunto, afirmou Cabral, regularizaria uma situação de pleno direito.



Bernardo Cabral: "Enquadramento é justo"

Maguito defende saída do PMDB da base governista

Atual presidente do partido, senador afirma que as bases peemedebistas querem independência e candidatura própria à sucessão de FHC

A ruptura do PMDB com o governo Fernando Henrique Cardoso foi defendida ontem em Plenário pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Maguito, que é presidente do partido, defendeu a saída do PMDB da base governista, afirmando que Fernando Henrique não atende aos anseios da população brasileira. Ele disse



Segundo Maguito, PMDB não tem sido ouvido pelo governo

que as bases partidárias querem independência em relação ao governo e apontou para as possíveis candidaturas do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e Itamar Franco (PMDB-MG) à Presidência da República.

Maguito respondeu aos ataques do governador do Ceará, Tasso Jereissati, que afirmara que o PMDB "suja a imagem do governo e deve sair da base". O senador por Goiás enumerou escândalos que teriam manchado o governo, todos relacionados a políticos do PSDB: as denúncias de favorecimento e grampo ilegal na privatização das teles, a compra de votos de deputados para aprovar a reeleição de Fernando Henrique e o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e Forta-

lecimento do Sistema Financeiro Nacional), que liberou bilhões de reais para bancos privados. Maguito mencionou também a liberação de recursos para barrar a CPI da Corrupção, o socorro aos bancos Marka e FonteCindam, o desvio de verbas destinadas à construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo

e a participação do então líder do governo, ex-senador José Roberto Arruda, no episódio de violação do painel eletrônico.

O senador disse que o PMDB não tem sido ouvido pelo governo Fernando Henrique e que os ministros do partido têm lutado em vão para implementar seus projetos. Citou o exemplo do Ministério dos Transportes, ocupado por Eliseu Padilha, que não estaria investindo adequadamente no setor em decorrência dos vetos da equipe econômica.

— As estradas brasileiras estão destruídas e em quase sete anos de governo não houve investimentos em outras alternativas que não a rodoviária. Fato que se repete em outros setores, como o energético

— disse, salientando que o PMDB deu sua contribuição ao governo e não pretende fazer oposição radical.

Quanto ao presidente do Senado, Jader Barbalho, Maguito reafirmou a solidariedade política do PMDB diante dos "ataques sem tréguas por outros partidos e pela imprensa". Ele ressaltou que Jader não tem dificultado as investigações das denúncias de corrupção e que até agora não houve nenhuma prova incontestada contra o presidente do Senado.

JUCÁ

Em resposta a Maguito Vilela, o atual líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), afirmou que o ex-senador José Roberto Arruda não participou da violação do painel eletrônico do Senado "como líder do governo, mas como senador por Brasília". Jucá disse que, se existem acusações indevidas contra o PMDB, isso não deve servir de pretexto para que o mesmo seja feito contra o PSDB. Ele minimizou os ataques de Tasso Jereissati, que a seu ver seriam decorrentes de disputas locais. Para Jucá, que defendeu a permanência do PMDB na base governista, Maguito também teria motivações regionais para romper com o governo.

Waldeck Ornélas critica MPs que extinguíram Sudene e Sudam

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) criticou ontem as medidas provisórias que extinguíram as superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (Sudene e Sudam), dizendo que são "textos literalmente vazios".

— As MPs desmontam, desmantelam uma estrutura existente e a substituem por nada — opinou, ressaltando que as MPs (inicialmente uma só, depois desdobrada em duas) não tratam do que importa: de políticas regionais específicas para a Amazônia e o Nordeste. "Não contêm uma única palavra, uma só linha, uma só diretriz a respeito da política regional que se pretende aplicar nessas regiões", enfatizou.

Waldeck Ornélas mencionou que, em relação aos fundos de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, as MPs acabam com a política de deduções, substituída por dotações orçamentárias, mas estabelecem vigência para os fundos até o ano de 2013. Ao defender a supressão do prazo de vigência, o senador argumentou que, se aqueles recursos vigorarem até 2013, não é necessário criar as agências regionais, pois elas tenderão a virar mais uma unidade burocrática. "Não é isso que os nordestinos e os nortistas desejam, pois o que realmente queremos é corrigir os desequilíbrios

regionais e assegurar o aproveitamento das potencialidades nas nossas regiões", frisou.

Outros aspectos das MPs criticados pelo senador foram a não inclusão da possibilidade de aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador administrados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no desenvolvimento das regiões mais carentes e a descaracterização e esvaziamento dos conselhos deliberativos da Sudene e da Sudam.

Em aparte, o senador Nova da Costa (PMDB-AP), que foi superintendente da Sudene, concordou com Ornélas, afirmando que o governo erra ao esvaziar os conselhos deliberativos da Sudene e Sudam. O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse, por sua vez, que, na posse do novo ministro da Integração Nacional, Ramez Tebet, o presidente da República garantiu em seu discurso que vai melhorar a assistência ao Nordeste.



Waldeck Ornélas: estrutura existente é substituída por nada

Mozarildo pede amplo debate sobre agência para a Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pregou ontem ampla discussão sobre a substituição da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) por uma agência de desenvolvimento. Ele citou como exemplo de debate importante sobre o assunto reunião de que participou na sede da Federação das Indústrias de Roraima.

— Não queremos que a Amazônia seja penalizada. A nova agência deve surgir de forma clara — disse.

Em aparte, o senador Nova da Costa (PMDB-AP) recomendou que o governo trate separadamente a questão dos incentivos fiscais — que teria motivado a extinção da Sudam —, e use a experiência dos funcionários e diretores da superintendência, a fim de que não se perca patrimônio intelectual formado em muitos anos. Ele mencionou estudo técnico da Sudam sobre o Vale do Rio Araguari que é hoje instrumento de ação para o governo e empresas.

No mesmo discurso, Mozarildo abordou mais dois assuntos de in-

teresse de Roraima. Encaminhou à Mesa recortes de jornais com reportagens sobre reclamações de usuários de telefones da Telemar. Uma das queixas é a de que a empresa teria triplicado o valor das contas, cobrando ligações para números inexistentes.

O senador registrou ainda a participação, na Olimpíada do Conhecimento 2001, realizada pelo Serviço Nacional da Indústria (Senai), de três estudantes de Roraima: Eduardo Jorge Aucar Seffair Filho, da área de tecnologia da informação; Márcio Vieira do Nascimento, da área de eletricidade industrial; e Marcelino Lopes da Silva Júnior, da área de eletricidade predial.



Mozarildo: Amazônia não pode ser penalizada

Antero quer interesse nacional acima dos regionais

Em resposta ao discurso do senador Maguito Vilela, que ao rebater declarações do governador do Ceará, Tasso Jereissati, disse que a maioria dos escândalos que atingiram o governo teve origem no PSDB e não no PMDB, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) afirmou que nem Jereissati nem Maguito deveriam colocar divergências estaduais acima dos interesses nacionais. Ele avaliou que, apesar de ambos ocuparem postos importantes, tanto o governador quanto o presidente do PMDB emitiram opiniões pessoais, que não representam as dos seus partidos.

Defendendo a superação de desacordos na base governista, Antero afirmou sua solidariedade à reação indignada de Maguito a Jereissati, mas manifestou discordância em relação às acusações feitas pelo senador de Goiás ao go-

verno federal.

Ao dizer que o PMDB deveria sair da base do governo, explicou Antero, o governador do Ceará expressou uma opinião pessoal, já que não há qualquer deliberação do PSDB nesse sentido. Maguito Vilela, por sua vez, teria dado prioridade a seus interesses eleitorais em Goiás, contrários ao governador do estado, Marconi Perillo, do PSDB.

— As pessoas não podem ser pigmeus na política — advertiu, considerando que os políticos têm de ser coerentes no que pregam.

Nesse sentido, Antero apontou que Maguito, como senador, fala contra a privatização da companhia de distribuição de energia de Goiás, mas, quando governador, foi favorável à privatização da geração de



Para Antero, as opiniões de Tasso e Maguito são pessoais

energia do estado. Antero disse também não poder aceitar que apenas hoje Maguito viesse falar da compra de votos na época da eleição.

— Essa denúncia, hoje, é oportunismo puríssimo, depois de participar seis anos e meio do governo, até com indicação de ministros — opinou, comentando que a população não convive bem com deslealdades.

Antero rebateu ainda tese da oposição e de Maguito segundo a qual o governo fez todo o possível para barrar a CPI da Corrupção. A seu ver, pautada pelo "quanto pior para o Brasil, melhor para a oposição ganhar a eleição", falta conteúdo à CPI.

Senadores saúdam acordo para limitar MPs

Vários senadores se manifestaram ontem em Plenário saudando o acordo firmado na Câmara dos Deputados para permitir a aprovação da proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. Paulo Hartung pediu que o Senado confirme o acordo. José Eduardo Dutra lembrou que a iniciativa da PEC foi de senadores. Rome-

ro Jucá informou que o governo tem interesse em resolver logo o assunto, e José Fogaça lamentou apenas que o texto aprovado dê ao Senado um papel homologatório. O presidente da Casa, Jader Barbalho, disse que se empenhará pessoalmente para a solução das questões colocadas pelos parlamentares e a tramitação rápida da matéria.

Hartung pede que Plenário aceite o entendimento firmado na Câmara



Paulo Hartung diz que o projeto aprovado na Câmara não é o ideal, mas "foi o acordo possível"

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) sugeriu ontem em Plenário que o Senado "chancele" o acordo de lideranças firmado na Câmara dos Deputados para a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias (MPs). Hartung pediu ao presidente do Senado, Jader Barbalho, que se empenhe pessoalmente numa estratégia destinada à rápida tramitação da matéria.

— Esse foi o acordo possível, o projeto não é o ideal, mas novos avanços poderão vir no futuro. Foi dado um passo importante — disse Hartung.

Para o senador, em meio a uma grave crise e passando por episódios como o da violação do painel de votações do Senado, o Congresso precisa dar respostas à so-

cidade. A limitação do poder que o Executivo tem de editar medidas provisórias seria uma dessas respostas.

Hartung aproveitou a comunicação feita como líder do PPS para registrar preocupação com a crise econômica. Ele se disse apreensivo com a maxidesvalorização do real que vem sendo posta em marcha pelo Banco Central e pelo aumento dos juros — de 16,75% ao ano, passaram a 18,25%, por decisão do Comitê de Política Monetária (Copom). Conforme observou o senador, como resultado do aumento dos juros e demais políticas restritivas, a cada semana é revista para menos a expectativa de crescimento da economia, previsto no início do ano para alcançar 5% em 2001.



Segundo Jucá, "o governo quer resolver o mais rápido possível essa questão"

Governo quer votar logo a emenda, informa Jucá

O Executivo pretende que o Senado examine o mais rápido possível a proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe a emissão de medidas provisórias, informou ontem o líder do governo no Senado, senador Romeiro Jucá (PSDB-RR). Ele parabenizou o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aécio Neves, e as lideranças partidárias pela votação da matéria na quarta-feira, no Plenário da Câmara.

"O governo quer resolver o mais rápido possível essa questão tão importante para o país", afirmou.

Fogaça: Senado não pode ter simples papel homologatório

Apesar de reconhecer que a proposta de emenda à Constituição que restringe a edição de medidas provisórias vem em boa hora, o senador José Fogaça (PMDB-RS) lamentou que, no novo mecanismo de votação, aprovado na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, o Senado passe a ter apenas a função de Casa revisora. Ele acredita ser muito difícil que o Senado acolha tal tramitação.

Em comentário aos pronunciamentos de Fogaça, José Eduardo Dutra e Paulo Hartung, o presidente do Senado, Jader Barbalho, disse que, tão logo a PEC volte a ser apreciada pela Casa, vai se empenhar pessoalmente na solução das questões destacadas pelos parlamentares.

— O Senado não pode ter o simples papel homologatório — afirmou Fogaça, para quem o Plenário da Câmara, ao aprovar a PEC que limita a edição de medidas provisórias, retirou o princípio da alternância entre as duas Casas. Pela emenda constitucional aprovada, a tramitação de MPs terá início na Câmara e o Senado não poderá fa-



Para Fogaça, "é problemático tornar a Câmara a única Casa com poder de iniciar a tramitação"

zer emendas ao que os deputados tiverem decidido, apenas aprovar ou rejeitar.

— É problemático tornar a Câmara dos Deputados a única Casa que tem o poder de iniciar a tramitação — insistiu o senador, reconhecendo que a opinião é pessoal, mas enfatizando que aprovação ou rejeição de medida provisória é decisão do Congresso Nacional, o que não seria condizente com a mera homologação do Senado.

As duas partes cederam para permitir uma solução razoável, observa Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem que a proposta de emenda constitucional que regula a edição de medidas provisórias, aprovada na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, embora não seja uma solução ideal nem para o governo nem para a oposição, "está razoável e no ponto de ser aprovada". Ele manifestou sua certeza de que o Senado aprovará a matéria em agosto, por unanimidade.

— Como se estabeleceu um acordo, houve cessão de ambas as partes — disse o senador, acrescentando que a partir de setembro já deverá haver nova situação com relação a medidas provisórias.

José Eduardo Dutra fez um pequeno histórico da tramitação da PEC, corrigindo a informação que vem sendo veiculada pela imprensa segundo a qual a matéria começou a tramitar na Câmara,

foi para o Senado, recebeu modificações e retornou àquela Casa. Ele ressaltou que essa informação não é verdadeira, uma vez que a PEC nasceu no Senado. A primeira proposta foi do então senador Esperidião Amin, sendo apensadas a ela outras, como as dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS)

e Ney Suassuna (PMDB-PB).

O Senado, recordou Dutra, aprovou substitutivo à PEC, que foi relatada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). A matéria foi para a Câmara, que a modificou, enviando-a novamente ao Senado, onde foi outra vez alterada e retornou à Câmara.



José Eduardo Dutra acha que proposta é "razoável" e que pode ser votada em agosto

Especialistas defendem novas hidrelétricas

No depoimento à comissão mista do Congresso Nacional que discute a crise de energia elétrica, eles foram unânimes em apontar a necessidade de o governo rever o modelo de privatização para o setor

Em depoimento ontem perante a comissão do Congresso Nacional que estuda as causas da crise de energia no Brasil, cinco especialistas foram unânimes em destacar a necessidade de o governo rever o modelo de privatização do setor elétrico que adotou. Como solução para o problema, eles propuseram que as empresas estatais voltem a investir na exploração do grande potencial hidrelétrico do país.

Para o professor Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em vez de estimular investimentos na construção de novas usinas geradoras de energia, o governo preocupou-se em vender as hidrelétricas existentes e acabou não atendendo ao crescimento da demanda. A mesma opinião foi compartilhada pelo professor Adilson Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP).

— Infelizmente o governo deu mais ênfase à questão do ajuste fiscal e controle da inflação que à expansão do sistema, que é fundamental para o crescimento do país — afirmou Adilson Oliveira.

O professor Maurício Tolmasquim, da UFRJ, ponderou que o modelo de privatização adotado empurrou a responsabilidade de atendimento do mercado às dis-



tribuidoras, isentando as geradoras da obrigação de suprir a demanda, contribuindo para a crise energética.

Assim como Pinguelli, o professor Ildo Sauer, também daquela universidade, alertou para o nível dos reservatórios, que está extremamente baixo desde o final do ano passado. Segundo os técnicos, a água deve ser gerenciada nos períodos de abundância para que não falte nos períodos de escassez, o que não foi feito nos últimos anos. Adilson Oliveira lamentou que levará entre dois e três anos para que os reservatórios voltem a atingir níveis adequados.

— A afirmativa de que a quantidade de chuva foi menor que o esperado não é verdadeira. Ninguém estava autorizado a esperar que as chuvas se comportassem de maneira diferente dos registros históricos. A razão da crise foi a falta de investimentos — disse Sauer.

GÁS NATURAL

Os especialistas também criticaram a prioridade dada pelo governo à utilização do gás natural importado da Bolívia na matriz energética. Segundo Pinguelli, o custo da energia produzida em termelétricas a gás é duas vezes superior à produzida em hidrelétricas. A opção pelo gás natural,



O senador Paulo Souto (segundo à esquerda) é o relator da comissão mista que estuda a crise de energia

na opinião de Adilson Oliveira, também inibiu o investimento estrangeiro no setor energético, já que incertezas quanto ao custo do gás importado, sujeito às variações cambiais, não deu segurança ao investidor. Ele disse que essa privatização só deu certo na Inglaterra porque a construção de termelétricas a gás possibilitou a oferta de energia mais barata que a produzida até então em termelétricas a carvão.

Pinguelli explicou ainda que a decisão de importar gás da Bolí-

via foi tomada quando a política cambial equiparava o real ao dólar, mas a desvalorização cambial alterou a situação, já que a expectativa das companhias estrangeiras é obter retorno em dólar. Uma alternativa, apontada por Adilson Oliveira e pelo pesquisador Bautista Vidal, é aproveitar o gás natural da Bacia de Campos, que estaria sendo desperdiçado pela Petrobras.

Já Tolmasquim mencionou a possibilidade de a energia termelétrica ser usada em complemen-

tação e não em substituição à energia hidrelétrica, a exemplo do modelo adotado na Noruega. Ao contrário da decisão do governo, os especialistas reunidos pela comissão defenderam a conclusão das hidrelétricas previstas, ampliando a utilização do potencial hidrelétrico brasileiro.

— Quem foi que mandou as estatais não investirem? Isso é mais grave do que mandar cortar a água do corpo de bombeiros. Isso é caso de hospício ou de prisão — disse Pinguelli.

Energia no país é das mais caras no mundo

A energia paga por consumidores residenciais no Brasil já está entre as mais caras do mundo. A afirmação foi feita na reunião da comissão mista sobre a crise energética pelos cinco especialistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo o professor Ildo Sauer, da USP, o aumento médio das tarifas de energia elétrica entre 1995 e 2001 foi 85% acima da inflação medida pela Fipe e novos reajustes já estão programados. Ele disse que até 2003, conforme o modelo de privatização, a previsão é que as tarifas dobrem, o que acarretaria grande transferência de recursos do setor produtivo e de consumidores residenciais para o setor energético. O professor disse ainda que, se a política tarifária atual tivesse sido adotada em 1994, seria aumentado o faturamento do se-



Para o professor Luiz Pinguelli Rosa, ameaça de corte "é uma violência que precisa ser corrigida"

tor em R\$ 6 bilhões por ano, que poderiam ter sido reinvestidos na ampliação da oferta de energia.

Os professores da UFRJ Maurício Tolmasquim e Luiz Pinguelli

Rosa destacaram que o custo da energia elétrica para residências no Brasil é mais caro que no Canadá, na França e em muitos estados americanos, em decorrência dos aumentos que ocorreram na década de 90 para viabilizar a privatização das distribuidoras e investimentos na geração de energia termelétrica.

Já o professor Adilson Oliveira, também da UFRJ, disse que seria viável que o Brasil mantivesse sua vantagem comparativa de oferecer energia mais barata caso o modelo para o setor fosse outro. Ele lamentou que, em vez de uma vantagem, o preço da energia tem representado mais um item do custo Brasil.

Pinguelli considera "intolerável" que o consumidor residencial seja ameaçado de corte. "Essa é

uma violência que precisa ser corrigida", comentou. Ele também condenou a possibilidade de as concessionárias serem ressarcidas de possíveis prejuízos. "A companhia elétrica não pode ganhar dinheiro com a catástrofe da crise", afirmou.

Adilson Oliveira sugeriu a criação de câmaras setoriais para que o governo negocie cortes com as empresas e que, em vez de o consumidor residencial ter de arcar com a crise, o aumento tarifário recaia sobre o mercado atacadista, principalmente setores como a indústria de alumínio, que compra energia a baixo custo. No mesmo sentido, Ildo Sauer sugeriu que seja negociada a redução do consumo das indústrias de alumínio. "O perdulário foi premiado e aquele que já tinha adotado medidas de economia foi penalizado", criticou.

Governadores serão ouvidos pela comissão

Na próxima terça-feira, às 16h30, a comissão mista sobre a crise energética ouve os governadores de Minas Gerais, Itamar Franco, do Paraná, Jaime Lerner, do Pará, Almir Gabriel, e do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Em outra reunião, marcada para quinta-feira (dia 28), às 9h30, os parlamentares da comissão tomam os depoimentos do empresário Antonio Ermírio de Moraes, do presidente de Furnas Centrais Elétricas, Luiz Carlos Santos, e o presidente da Eletrobrás, Cláudio Ávila da Silva.

O relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), afirmou ontem que, antes mesmo de concluir seu relatório final, e assim que reunir elementos suficientes, vai encaminhar propostas do Congresso Nacional à Câmara de Gestão da Crise de Energia.

Bornhausen pede apoio para energia alternativa

Senador defende regime de urgência para votação de projeto que estimula utilização de fontes energéticas e reivindica ao governo federal medidas que criem condições de competitividade para o setor

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) pediu ao Plenário do Senado a apreciação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 2.905, que oferece condições mínimas para a utilização de fontes energéticas alternativas. Ele também reivindicou ao Ministério de Minas e Energia, e ao governo de modo geral, medidas que criem condições de competitividade para a produção de energia alternativa, como “ações tributárias e fiscais, financiamentos especiais do BNDES e compra de energia pela Eletrobrás”.

O projeto, informou o senador, é originário do Executivo e recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo elaborado pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Na próxima semana a matéria será submetida ao Plenário da Câmara e depois será enviada ao Senado, onde Bornhausen espera que a tramitação ocorra também em regime de urgência, conforme solicitação do ministro de Minas e Energia, José Jorge.

A nova legislação e as medidas do



governo em prol da competitividade são fundamentais para o aproveitamento do carvão mineral catarinense, conforme o governo estadual, a Federação de Indústrias de Santa Catarina e o Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão concluíram em encontro ocorrido em 18 de maio com a presença do ministro José Jorge, do presidente da Eletrobrás, Cláudio Ávila, do deputado Aleluia e da bancada federal catarinense, observou Bornhausen.

O carvão mineral é responsável por 40% da atual geração de energia no planeta e, segundo dados do World Coal Institute, de Londres, o carvão responde por 97% da geração energética na Polônia, 85% na Austrália, 80% na China e 75% na Índia, exemplificou o senador, para quem o momento exige mudanças na matriz energética brasileira, em

que 97% da geração são originários de hidrelétricas.

Bornhausen disse que, entre as reservas brasileiras de combustíveis fósseis, “o carvão ocupa uma fatia correspondente a 46% do seu total. Ademais, a Região Sul do país dispõe, hoje, de reservas de carvão da ordem de 32,2 bilhões de toneladas, o que confere importância estratégica à utilização dessas reservas”.

Segundo o senador, a produção bruta de carvão mineral, no ano 2000, foi de cerca de 13,7 milhões de toneladas, produzidas por 15 empresas, 10 delas localizadas em Santa Catarina. Dentro do Programa Prioritário das Usinas Termoeletricas, do

governo federal, acrescentou Bornhausen, constam quatro projetos de usinas térmicas a carvão mineral, uma delas em Santa Catarina, com capacidade de gerar 440 megawatts.



Bornhausen: carvão responde por 40% da energia do planeta

Economia no Senado foi de 33% no primeiro mês do racionamento

O Senado economizou 33,29% de energia no primeiro mês do racionamento. A informação foi dada ontem pelo 1º secretário da Casa, Carlos Wilson (PPS-PE). Ele ressaltou que a economia foi conseguida sem prejudicar a rotina legislativa: “Votamos mais de 300 matérias este ano”. Carlos Wilson garantiu que a meta de redução de consumo em 40% será atingida.

Antes mesmo do racionamento, o Senado já vinha fazendo a sua parte — em abril já houve uma economia de 13%, enfatizou o 1º secretário. “Fomos a primeira instituição a se antecipar ao racionamento. O governo diz que foi pego de surpresa, mas isso não é verdade. Muitos senadores já vinham alertando para o problema”, afirmou.

A redução no consumo do Senado foi conseguida em grande parte pela diminuição no uso do ar-condicionado, pela racionalização da utilização dos elevadores e pela troca das lâmpadas. A comissão nomeada por Carlos Wilson para estudar as formas de economia de energia está elaborando um plano que incluiu a compra de sensores de presença.

Carlos Wilson louvou a participação dos servidores do Senado no esforço de redução de consumo de energia. Segundo ele, a conscientização da instituição foi fundamental para que as metas tenham sido alcançadas, da mesma forma que a participação da sociedade vem proporcionando a diminuição do consumo em todo o país.



Carlos Wilson elogiou esforço dos servidores do Senado

PETRÓLEO

Para Cândido, governo sabota a Petrobras

A série de acidentes que tem marcado a história recente da Petrobras é o resultado de uma política de sabotagem, visando à sua privatização. Foi o que disse ontem em Plenário o senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Alertada pelos funcionários da empresa sobre as más condições de equipamentos e instalações, a diretoria da empresa não estaria tomando as providências a tempo, o que levou a ocorrências como o vazamento de óleo na Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, e o afundamento da plataforma P-36, em março deste ano na Baía de Campos (RJ).

Como complemento da estratégia destinada à venda da empresa, a diretoria da Petrobras estaria investindo recursos na contratação de serviços de terceiros para a manutenção de plataformas, refinarias e tubulações, como se os funcionários não fossem preparados o bastante para realizar essas tarefas. Conforme o senador, o corpo de trabalhadores da Petrobras tem sido responsável



Geraldo Cândido diz que diretoria da Petrobras não tem “autoridade moral”

por evitar danos humanos e materiais mais graves em recentes episódios. Um deles foi o vazamento de gás GLP em um duto da Petrobras, no dia 15 de junho, em trecho da Rodovia Castelo Branco próximo a São Paulo. Outra ocorrência, registrada em maio

deste ano, foi o rompimento de um oleoduto dentro de um condomínio de luxo em Barueri (SP).

— Não se pode alegar surpresa com tais acidentes, pois vêm ocorrendo ao longo dos seis anos e meio do mandato de um homem que pretendia ser o novo Juscelino Kubitschek, que preconizou o fim da Era Vargas e está levando o país ao tempo das lamparinas e lâmpões — disse Cândido. Ele lembrou que os sindicatos de petroleiros e a Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet) têm feito constantes alertas sobre as possibilidades de acidentes.

O senador propôs em seu discurso a demissão da atual diretoria da Petrobras, encabeçada por Henri Philippe Reichstul, que estaria sem “autoridade moral” para administrar a empresa. Para o senador, a substituição da diretoria da Petrobras e a punição dos verdadeiros culpados pelos acidentes em suas instalações, assim como pelas repercussões ambientais, seria uma forma de diminuir a impunidade no Brasil.

Lindberg: DF quer ramal do gasoduto Brasil-Bolívia

O senador Lindberg Aziz Cury (PFL-DF) reivindicou ontem do governo federal providências para a imediata construção de um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia para Brasília. Ele sugeriu que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) inicie os estudos necessários para a licitação do empreendimento, a ser explorado pela iniciativa privada com prazo determinado de concessão, como ocorre hoje em relação às licitações para a exploração de áreas de petróleo no Brasil.

Lindberg Aziz Cury explicou que no Distrito Federal há mercado para a instalação de uma usina termelétrica com potência entre 230 a 290 MW, e que a obra, se realizada, beneficiará não só a capital federal como também as cidades de Goiânia, Anápolis e o complexo de fertilizantes de Catalão, em Goiás, e Uberlândia e Uberaba, no Triângulo Mineiro.



Lindberg afirma que DF pode instalar usina termelétrica

Segundo o senador por Brasília, o gasoduto Brasil-Bolívia já é uma realidade no suprimento de gás para as regiões Sudeste e Sul, e todo o litoral vai receber a energia oriunda do gás natural. Ele salientou, contudo, que o mesmo não se pode dizer do interior do país, sobretudo da Região Centro-Oeste.

— Essa reivindicação não é pleito isolado de um senador de Brasília. Não estou tratando de uma utopia, mas de um pleito de todos nós, membros desta Casa, que acreditamos numa Região Centro-Oeste economicamente mais forte e socialmente justa — frisou Lindberg.

Em apartes, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Nova da Costa (PMDB-AP), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e Iris Rezende (PMDB-GO) concordaram com a reivindicação do senador pelo Distrito Federal.

Comissão vota destaques à LDO e rejeita diminuição de superávit

Proposta que será examinada pelo Congresso na próxima semana mantém resultado primário das contas públicas de R\$ 31,69 bilhões, equivalentes a 2,4% do Produto Interno Bruto

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), votou na madrugada de ontem todos os 578 destaques dos parlamentares feitos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002. Com essa votação, está esgotada a fase de tramitação da LDO na comissão, seguindo a matéria para a apreciação do Plenário na próxima semana, quando será votada em sessão conjunta da Câmara e do Senado. Os parlamentares rejeitaram uma das principais emendas dos partidos de oposição à proposta de LDO de 2002: a redução do superávit primário (receitas menos despesas, excluindo juros da dívida pública) de 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) para 0,5% do PIB.

Está mantido, portanto, no substitutivo da relatora da LDO de 2002, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), o estabelecimento de um resultado primário das contas públicas de R\$ 31,69 bilhões, equivalentes a 2,4% do PIB. A maioria esmagadora dos destaques foi rejeitada, e um dos poucos itens polêmicos aprovados foi a manutenção de uma reserva de contingência fiscal no projeto de lei orçamentária anual (LOA).

Essa reserva, no valor total de R\$ 3,4 bilhões, tem como finalidade prevenir riscos fiscais, como a necessidade de reajustes. No ano passado, por exemplo, parte de reserva semelhante foi utilizada para reajustar o salário mínimo. A reserva também poderá ser utilizada para atender a projetos propostos por emendas de parlamentares ou de bancadas. Do total de recursos das reservas, metade poderá ser utilizada pelo Poder Legislativo, na elaboração do orçamento anual, e a outra metade será utilizada pelo Executivo, durante a execução orçamentária.

Entre os principais destaques apresentados pelas oposições, todos rejeitados pela comissão, encontram-se, além da diminuição da meta de superávit, a obrigação da instituição do imposto sobre grandes fortunas, o aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 180 para R\$ 215 e o reajuste geral dos servidores públicos.



A fase de tramitação da LDO na Comissão de Orçamento se esgotou ao serem votados os 578 destaques dos parlamentares à proposta

Substitutivo revela preocupação com reflexos da crise de energia

A preocupação com os efeitos da crise energética na economia está refletida no substitutivo ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002 (LDO) aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, segundo afirmou ontem a relatora da LDO, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O relatório, embora mantenha a meta fiscal e os parâmetros macroeconômicos, como juros, taxa de câmbio, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e inflação, projetados pelo governo federal, permite sua alteração na lei orçamentária, com base em estimativas mais seguras obtidas após a entrada em vigor do plano nacional de racionamento.

— Estamos mantendo em nosso substitutivo o resultado primário fixado no projeto, de R\$ 31,69 bilhões, sendo que cabe à União R\$ 26,4 bilhões, o equivalente a 2% do PIB, do orçamento fiscal e da seguridade social, conforme consta no Anexo de Metas Fiscais, e R\$ 5,28 bilhões, equivalentes a 0,4% do PIB, do chamado Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais. O excedente nas empresas estatais, caso ocorra, po-

derá compensar redução equivalente na meta de resultado dos orçamentos fiscal e da seguridade e vice-versa.

Segundo Lúcia Vânia, é preciso lembrar que a maior parte do resultado das estatais advém da Petrobras, cujas receitas se beneficiam da desvalorização cambial e também do aumento do preço internacional do petróleo. “Como ainda é incerta a forma pela qual os recentes acontecimentos na área de energia afetarão o resultado consolidado das estatais, permitimos alternativas para a composição da meta de superávit primário durante o processo de elaboração da proposta orçamentária”, disse.

A relatora da LDO afirmou também que o governo programou muitos investimentos em fontes alternativas de energia e foi dada ainda prioridade no relatório às ações para o fortalecimento do setor. Além dessas mudanças na LDO, afirmou a deputada, foram propostas modificações que permitem ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) priorizar o apoio financeiro às ações que visem sanear a crise do setor energético.

Ademir critica aumento da taxa de juros

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a decisão do Banco Central de aumentar a taxa básica de juros, a Selic, de 16,75% para 18,25% ao ano, elevando a dívida interna em R\$ 3,5 bilhões e “fazendo-a chegar a patamares inaceitáveis”. Ademir afirmou que o governo Fernando Henrique Cardoso está tornando a dívida brasileira — interna e externa — impagáveis, acrescentando que o país “está marchando para a insolvência”.

O aumento dos juros, como forma de conter a inflação pela redução do consumo, vai paralisar a economia, ressaltou Ademir Andrade. Isso, observou, vai reduzir a arrecadação de impostos e os recursos de que o país dispõe, trazendo riscos para o superávit. Ele aproveitou para criticar a exigência do governo de um superávit de R\$ 31,5 bilhões no Orçamento de 2002, que classificou de criminoso. Ele lamentou a posição intransigente do governo, que não aceitou a redução do superávit em R\$ 6 bilhões, que seriam aplicados na área social, e a aceitação do Congresso Nacional a esta imposição.

— O governo quer gerar esse superávit monstruoso a qualquer custo, para atender a ganância da especulação financeira dos banqueiros nacionais e internacionais — protestou.

Ademir Andrade chamou a atenção dos parlamentares para a série de reportagens sobre a fome, veiculadas pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, lamentou a falta de recursos para o combate a seca, para o reajuste do salário mínimo acima da inflação e para o reajuste dos funcionários públicos e a não apuração de denúncias contra integrantes do Executivo.



Ademir: “Governo quer gerar superávit monstruoso para atender banqueiros”

Líderes querem rapidez na investigação sobre TDAs

Procurador-geral da República receberá pedido de agilidade na apuração das denúncias de que o senador Jader Barbalho teria envolvimento na negociação de títulos da dívida agrária emitidos de forma fraudulenta

Os líderes partidários no Senado vão pedir ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que o Ministério Público agilize as investigações a respeito das denúncias de que o presidente da Casa, senador Jader Barbalho, teria envolvimento na negociação de títulos da dívida agrária (TDAs) emitidos de forma fraudulenta. Também serão indicados dois senadores para, ao lado do corregedor Romeu Tuma (PFL-SP), acompanhar as apurações durante o recesso parlamentar, no mês de julho.

Na reunião realizada ontem, os líderes decidiram ainda que as bancadas serão orientadas a aprovar a quebra de sigilo bancário do banqueiro e pecuarista Serafim Rodrigues de Moraes, de sua atual mulher, Vera Arantes Campos, e do empresário Vicente de Paula Pedrosa da Silva. Serafim teria comprado de Vicente TDAs emitidos de forma fraudulenta e quitado a transação com cheques de Vera.

Também foi decidido pelos líderes que entrará na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o requerimento apresentado no dia 5 de março pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), determinando que o Banco Central envie ao Senado todos os relatórios de auditoria, inspeção ou fiscalização feitas a respeito de irregularidades ocorridas no Banco do Estado do Pará (Banpará) entre 1984 e 1987.

No começo de agosto, os líderes voltarão a se reunir para fazer uma avaliação dos avanços que as investigações tiveram. Outra decisão tomada na reunião foi que os senado-

res que integrarão o Conselho de Ética serão escolhidos na próxima semana, quando também haverá a eleição do futuro presidente do órgão. O mandato dos atuais conselheiros se encerra no dia 30.

A proposta levada pelo líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra, de instalar uma comissão parlamentar de inquérito específica para apurar as denúncias contra Jader não foi aceita pela maioria dos líderes. "A CPI talvez tirasse do foco a questão principal, que é realmente investigar e esclarecer, e virasse um discurso político: não queremos palanque eleitoral numa hora dessas", afirmou o senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo.

Já Dutra disse que a questão da CPI não foi a única divergência ocorrida na reunião. Ele observou que, diferentemente da decisão consensual de aprovar a quebra do sigilo dos três participantes na negociação dos TDAs fraudados, no caso do requerimento referente à remessa ao Senado dos relatórios do BC a respeito do Banpará, o acordo foi apenas de que a matéria voltasse a tramitar para ser votada.

Para o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), o consenso entre os líderes conseguido na reunião se estabeleceu a partir da constatação da necessidade de esclarecer todos os fatos e de dar respostas à sociedade a partir do aprofundamento das investigações já existentes. "O Ministério Público precisa aprofundar as apurações. Não vamos manufaturar a realidade: se provas existirem, é óbvio que elas vão aparecer", comentou.

Jader considerou o encontro "bom para a instituição"

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem, ao deixar seu gabinete logo após reunião com os líderes partidários, que o encontro foi "muito bom para a instituição" e "atendeu plenamente" a suas expectativas. Ele reiterou que nada mais tem a esclarecer, e que cabe ao Ministério Público e à Polícia Federal dar uma versão definitiva a respeito das denúncias que o têm como alvo.

— Algumas das medidas acordadas já haviam sido solicitadas pelo senador Romeu Tuma, designado por mim para acompanhar as investigações. Nosso objetivo é esclarecer todo esse imbróglio — afirmou.

Para o senador, depois do depoimento de Vera Arantes e seu marido Serafim Moraes (segundo as denúncias, compradores de títulos da dívida agrária em operação irregular da qual Jader seria o suposto beneficiário), "quem não está de má-fé já verificou que a história foi totalmente desmontada. Mas é interessante o inquérito da Polícia Federal, para que seja cabalmente desmoralizada".

Quanto ao caso Banpará, Jader ressaltou que "o assunto já está resolvido pela Procuradoria Geral da República e só podem querer tratar dele pessoas desinformadas ou de má-fé".



Maioria dos líderes não aceitou proposta de CPI específica para apurar as denúncias contra Jader

CCJ examinará recondução do procurador-geral

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), na presidência dos trabalhos da sessão de ontem, comunicou o encaminhamento, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de mensagem da Presidência da República que submete à apreciação do Senado o nome de Geraldo Brindeiro para ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República.

A recomendação presidencial será analisada por um relator, que ainda será indicado pela CCJ, e depois apreciada em caráter secreto. A decisão da comissão também precisará ser votada pelo Plenário da Casa, o que deve ocorrer na semana que vem.

Brindeiro está no cargo desde junho de 1995 e, caso seu nome seja aprovado, será reconduzido pela terceira vez à Procuradoria Geral da República.



Geraldo Brindeiro disse que tratou de sua recondução ao cargo com o presidente do Senado

O procurador-geral foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. Ele disse que veio tratar dos trâmites de sua recondução ao cargo.

Brindeiro acredita que a investigação, pelo Ministério Público, das denúncias da revista *IstoÉ* sobre venda irregular de títulos da

dívida agrária (TDAs) deverá estar encerrada dentro de um mês. Quanto ao caso Banpará, o procurador informou que não há mais o que apurar, pois o assunto já está encerrado em nível federal, restando apenas ação de ressarcimento que corre no Ministério Público do Pará.



CGT SOLIDÁRIA COM JADER

O senador Jader Barbalho recebeu em seu gabinete o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antonio Neto, que veio expressar a solidariedade da entidade ao presidente do Senado, diante de denúncias que vêm sendo divulgadas.

Carlos Wilson: contratações não aumentam despesas

O 1º secretário do Senado Federal, senador Carlos Wilson (PPS-PE), esclareceu que o ato aprovado ontem pela Mesa, autorizando a contratação de mais três secretários parlamentares por gabinete, não redundará em qualquer aumento de despesas, pois os recursos necessários virão do remanejamento de verbas orçamentárias já existentes.

O senador informou também que o ato foi assinado por todos os membros da Mesa e por todas as lideranças, inclusive o Bloco Oposição, e explicou que o Senado poderia ter destinado esses recursos a obras, por exemplo, mas foi considerado prioritário reforçar a estrutura de apoio aos senadores.

Carlos Wilson disse que os recursos só poderão ser usados para contratação de servidores, no máximo três por senador, sendo que cada um dos funcionários só pode perceber até R\$ 3.900, sem possibilidade de acumulação.

Audiência pública debaterá interação entre TV e cinema

Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática programa também reuniões sobre a Rádio MEC e a propriedade de empresa jornalística

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática realizará na próxima quinta-feira audiência pública para discutir o tema "Televisão e Cinema: Interação e Perspectiva". Devem participar do debate, marcado para as 15h, Daniel Filho, cineasta e diretor de novelas na Rede Globo de Televisão; Leonardo Barros, diretor da Conspiração Filmes; e Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic).

O requerimento para realização da audiência, apresentado pelos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Francelino Pereira (PFL-MG), foi aprovado na reunião de ontem da Subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Educação.

Outras duas audiências públicas, em datas a serem definidas, foram aprovadas pela subcomissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI). A primeira, sobre a Rádio MEC, foi solicitada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Vice-presidente da subcomissão, Saturnino argumentou que a emissora tem vivido grandes polêmicas internas, como qual seria



Fogaça e Francelino são autores da proposta de audiência pública para avaliar as perspectivas da interação entre TV e cinema



sua melhor vinculação: se ao Ministério da Educação, como era até 1998, ou à Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, subordinada à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), como é hoje.

O requerimento de Saturnino sugere que sejam ouvidos na audiência o senador Artur da Távola, licenciado para o exercício da Secretaria da Cultura do Município do Rio de Janeiro; Andrea Matarazzo, titular da Secom; Maria Yeda Linhares, presidente da Sociedade de Amigos da Rádio MEC; e o jornalista Eduardo Fajardo, do Comitê de Funcionários e Ouvintes em Defesa da Rádio MEC.

A outra audiência pública foi solicitada pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Geraldo Cândido (PT-RJ). Eles querem um debate sobre a proposta de emenda à Constituição de autoria do deputado Laprovita Vieira que possibilita que entidades sem fins lucrativos participem do capital social de empresa jornalística de radiodifusão. Hoje, a propriedade dos meios de comunicação é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. O deputado é ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Os nomes dos participantes dessa audiência serão definidos posteriormente.

Lúcio Alcântara ressalta a importância de Caio Prado

Por ocasião dos dez anos da morte de Caio Prado Júnior, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou, em Plenário, a importância de um intelectual que, segundo ele, está no mesmo patamar de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O autor de *A Evolução Política do Brasil*, continuou o parlamentar ao se referir ao historiador que foi um dos maiores nomes do Partido Comunista Brasileiro, era um homem que "tinha o objetivo de mudar o Brasil e via nas idéias o caminho para isso".

Alcântara disse que, embora formado em Direito, Caio Prado frequentou por dois anos o curso de Geografia e História. Discípulo de Deffontaines, o pai da Geografia Humana, os seus conhecimentos na área serviram de alicerce para a sua obra historiográfica. Seu prestígio no meio político também era decorrência da sua altivez intelectual, pois Caio Prado tinha independência em relação ao Partido Comunista, onde, apesar de nunca ter ocupado cargo importante, era bastante admirado e ouvido, ressaltou o senador.

Depois de militar no combate ao fascismo, na França, e na ajuda aos republicanos, na Guerra Civil espanhola, Caio Prado voltou ao Brasil e, em 1947, foi eleito deputado estadual por São Paulo. Seu mandato, lembrou Alcântara, não durou muito, pois o clima de guerra fria, posterior à 2ª Guerra Mundial, levou à cassação dos membros do Partido Comunista.

Tida como instrumento de divulgação das idéias do Partido Comunista, a revista de sua propriedade, intitulada *Revista Brasileira*, foi fechada após o golpe militar de 1964. Alcântara observou, entretanto, que a publicação recebia colaborações de pessoas das mais diferentes tendências políticas, refletindo, assim, o espírito democrático de Caio Prado.

O senador citou prêmios recebidos pelo escritor, inclusive pela publicação de *A Revolução Brasileira*. Observou, no entanto, que a grandeza de Caio Prado não pode ser medida apenas por uma obra que tinha como objetivo permitir a compreensão do Brasil; a sua trajetória pessoal não pode ser desprezada.



Alcântara vê em Caio Prado um intelectual no mesmo patamar de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda

Plenário aprova permissões para novas emissoras

O Senado aprovou, na sessão de ontem, três atos outorgando permissões para serviços de radiodifusão comunitária, beneficiando a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, na cidade de Paraguaçu Paulista (SP), a Associação Comunitária de Eldorado do Sul, na cidade de Eldorado do Sul (RS), e a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo, na cidade de Cantagalo (PR).

Na mesma sessão, foi aprovada a concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis (MG).



Reunião de estudantes secundaristas no Auditório Petrônio Portella teve a presença do senador Pedro Simon

Estudantes preparam participação em encontro mundial da juventude

Centenas de estudantes secundaristas realizaram na manhã de ontem, no Auditório Petrônio Portella do Senado, a primeira de dez reuniões preparatórias para o XV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que acontecerá de 8 a 16 de agosto deste ano em Argel, na Argélia. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) esteve presente à reunião.

Centenas de estudantes secundaristas realizaram na manhã de ontem, no Auditório Petrônio Portella do Senado, a primeira de dez reuniões preparatórias para o XV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que acontecerá de 8 a 16 de agosto deste ano em Argel, na Argélia. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) esteve presente à reunião.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
6h30 — *Cidadania* — A sen. Maria do Carmo e a professora Lia Zanotta falam da violência contra a mulher
7h30 — *Entrevista* — O sen. Jefferson Péres fala sobre o fundo de desenvolvimento da Amazônia
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Doença de Parkinson — Parte 1
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Fiscalização e Controle — Audiência Pública para ouvir Eduardo Jorge Caldas Pereira sobre o CPI do Judiciário (gravado)
18h30 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Ludwig Van Beethoven — Sinfonia nº 03 — "A Heróica"
19h30 — *Cidadania* — O sen. Mauro Miranda e o presidente do Cofea, Wilson Lang, falam sobre o Estatuto da Cidade
20h30 — *Entrevista* — O sen. Jefferson Péres fala sobre

o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

21h — *Especial* — Machado de Assis
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Ballet do Theatro Municipal do Rio de Janeiro
24h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Ludwig Van Beethoven — Sinfonia nº 03 — "A Heróica"

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Patrocínio cobra reativação de conselho agrícola

Ano após ano, o Brasil está batendo recordes em suas safras agrícolas mas, de acordo com o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), esse crescimento acontece de maneira "acanhada" e não faz jus ao potencial do país. Ele apontou a ausência de uma política para o setor como a maior culpada para o problema, lembrando que a situação não permite que o Brasil possa competir em igualdade de condições no mercado internacional.

Em discurso no Plenário, Patrocínio solicitou ontem ao governo que reative, com urgência, o Conselho Nacional de Política Agrícola como passo inicial para atender o setor.

O conselho, afirmou, é o único órgão capaz de orientar de forma adequada o plano de safra e também de propor alterações e ajustes em uma política agrícola, além de poder manter a constante análise da conjuntura econômica e de suas relações com o setor. Tais atribuições, explicou, estão sendo feitas pelos bancos oficiais, "que deveriam ser meros executores da política de crédito rural".

A existência do conselho, afirmou Patrocínio, é uma exigência constitucional e da Lei Agrícola, e também uma antiga reivindicação dos agricultores. Segundo ele, o conselho foi instalado em 1992 e funcionou até 1994, quando foi desativado sob a argumentação de que alguns órgãos que contavam com representantes no conselho foram extintos.

— Isso, aliás, tem sido alegado como impedimento para a não reativação do Conselho Nacional de Política Agrícola. Porém, basta um decreto presidencial adaptando a composição do conselho à estrutura administrativa vigente. Patrocínio destacou o caráter democrático e amplo da formação do colegiado, que seria composto por representantes dos órgãos patronais, de trabalhadores e de cooperativas do setor, além de diversos membros do governo. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), em aparte, reconheceu também a importância do conselho.



Patrocínio: colegiado é exigido por lei

Santos defende aprovação de nova lei contra as drogas

Projeto prevê tratamento do usuário como enfermo social e aumenta punições para os traficantes, afirma autor do substitutivo na Comissão de Educação

Ao defender a aprovação, na Comissão de Educação, do seu substitutivo ao projeto da Câmara que trata da prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão ao tráfico ilícito de drogas que causam dependência física ou psíquica (Lei Antidrogas), o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) antecipou que uma das alterações propostas é a qualificação do usuário como enfermo social. A norma atual prevê pena de prisão, sem distinguir o dependente do traficante.



Ricardo Santos quer rigor com o tráfico

se tornará parte ativa no processo de recuperação do dependente, em vez da simples internação obrigatória hoje prevista. Outra alteração proposta é o considerável aumento de pena

para quem promove, funda ou financia grupos, organizações ou associações de três ou mais pessoas que, atuando em conjunto, pratiquem crimes relacionados ao tráfico ilícito de drogas. A pena, que variava da reclusão de três a dez anos, passará, se o projeto for aprovado, para oito a 15 anos. A nova lei proposta pelo senador também prevê a tipificação do crime de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens provenientes do tráfico, relacionando penas que variam de dois a oito anos de reclusão. "Este assunto não era abrangido pela legislação", informou Ricardo Santos.

para quem promove, funda ou financia grupos, organizações ou associações de três ou mais pessoas que, atuando em conjunto, pratiquem crimes relacionados ao tráfico ilícito de drogas. A pena, que variava da reclusão de três a dez anos, passará, se o projeto for aprovado, para oito a 15 anos.

A nova lei proposta pelo senador também prevê a tipificação do crime de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens provenientes do tráfico, relacionando penas que variam de dois a oito anos de reclusão. "Este assunto não era abrangido pela legislação", informou Ricardo Santos.

O substitutivo de Ricardo Santos recebeu a contribuição de juristas e de especialistas na área de prevenção e controle do tráfico e uso indevido de drogas. A matéria encontra-se na Comissão de Educação desde dezembro de 1998. O projeto original foi elaborado pelo então deputado Elias Murad a partir de outro projeto protocolado na Câmara em 1991.

— Esse tempo longo, com certeza, mostra o grau de complexidade do tema. Foi necessário para harmonizar e atender, nos dispositivos da nova proposta de diploma legal, diversas correntes de pensamento — explicou.

Tuma anuncia incineração recorde de entorpecentes

A incineração da maior quantidade de drogas já destruída em uma só operação no país foi anunciada ontem pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele informou que na próxima terça-feira a Polícia Federal vai levar ao forno da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Cubatão (SP), cerca de 140 mil quilos de substâncias entorpecentes. Serão incinerados 137 toneladas de maconha, 776 quilos de cocaína, 2.400 quilos de haxixe, entre outros. Esse material será transportado para São Paulo em oito carretas acompanhadas por forte esquema de segurança.

Tuma informou ainda que, nos últimos doze meses, a Polícia Federal já apreendeu 188 toneladas de maconha, 6.921 quilos de co-

caína e 3.782 pés de maconha, que corresponderiam a 1,5 tonelada se chegassem à fase de colheita. A seu ver, esses números demonstram que o Brasil não é um país tolerante com o tráfico, mas, apesar desses esforços, ainda está entre os 24 maiores produtores ou facilitadores do trânsito de drogas no mundo.

Citando dados de organismos internacionais, Tuma disse que o crime organizado transnacional movimentava cerca de US\$ 500 bilhões por ano, sendo a maior parte desse dinheiro faturada pelo narcotráfico. No sistema financeiro brasileiro, acrescentou, são "lavados" mais de US\$ 50 bilhões do



Para Tuma, luta deve ocorrer em três frentes

tráfico e de outras modalidades criminosas.

Para o senador, o combate às drogas ilícitas deve ser feito em três frentes — na produção, na distribuição e no consumo. "Os custos das batalhas nessas três frentes devem atingir a casa dos bilhões de dólares", avaliou, completando que os recursos financeiros nacionais são exíguos e impedem a realização de ações preventivas eficazes. O trabalho de prevenção é importante, na opinião de Tuma, uma vez que esse seria o meio mais eficaz de pressionar o tráfico em um ponto altamente vulnerável, o da redução da demanda no mercado consumidor.

Valadares aponta dificuldades de citricultores

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou ontem, em discurso no Plenário, a difícil situação pela qual os citricultores de Sergipe estão passando. Ele leu documento redigido em reunião no dia 4 de maio último por lideranças de agricultores de 14 municípios sergipanos que aponta o desemprego de aproximadamente 60 mil pessoas na região de Buqui. Antonio Carlos Valadares, que esteve presente à reunião assim como a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), pediu que o governo do estado atenda às reivindicações dos citricultores.

No documento, denominado "Carta de Buqui", os produtores afirmam que a desarticulação do mercado regional deixou uma paisagem de pomares malcuidados e abandonados e fábricas de sucos fechadas. Os citricultores aguardam medidas para diminuir a crise, como irrigação de pomares, um sistema de gestão de amparo à fruticultura e apoio ao processo de verticalização da produção, observou Valadares.



Valadares: fábricas de sucos fechadas

Jonas pede apoio a produtores de algodão

As reivindicações da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) receberam ontem o apoio do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele pediu que o governo não coloque seus estoques de algodão à venda, conforme solicitado pelos produtores, o que, acredita o senador, permitirá consolidar a recuperação da cotonicultura brasileira, com geração de empregos e renda nas regiões interiores.



Jonas apresenta reivindicações de produtores

Segundo Jonas Pinheiro, os produtores de algodão também solicitam uma revisão do preço mínimo pago pelo produto, elevando a arroba de R\$ 28,60 para R\$ 35,00 a implementação do Programa de Escoamento de Produto (PEP) para o mercado interno e externo e o lançamento do Contrato de Opção de Compra atrelado ao Contrato de Opção de Venda.

O mercado de algodão foi afetado pela recessão nos Estados

Unidos, pelo atraso no início do inverno e pela crise energética, explicou o senador. Conforme os produtores, disse, isso provocou uma queda no consumo de fios e tecidos e reduziu em cerca de 10% a utilização do algodão no mercado internacional.

Tais adversidades são lamentáveis, disse Jonas, porque a produção algodoeira estava se recuperando de outra crise. Graças aos esforços do governo, enfatizou, o setor conseguiu, no prazo de cinco anos, reverter a posição de maior importador de algodão do mundo para a de exportador.

Suassuna prega aliança com nações africanas

Para senador, Brasil deve assumir sua liderança na América do Sul e aliar-se a países da África para enfrentar comercialmente um mundo globalizado. “Sozinhos somos um bote no oceano”, adverte

Citando *A Arte da Guerra*, livro escrito há mais de dois mil anos por Sun Tzu, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que o poder não admite espaços vazios. Para o senador, o Brasil deve assumir sua liderança natural na América do Sul, com o Mercosul, e, além de fazer alianças com os países da região, deve unir-se também a nações da África, de forma a poder enfrentar comercialmente um mundo globalizado.

— No mundo globalizado temos que participar de blocos. Sozinhos somos nada, um bote no oceano — disse.

Suassuna reconheceu que o Mercosul precisa de ajustes, mas disse acreditar que o balanço dos dez anos do mercado que uniu os



Suassuna: Mercosul precisa de ajustes, mas balanço dos dez anos do mercado comum é positivo

países do Cone Sul é positivo. “O Brasil caminhava para um conflito armado com a Argentina e hoje o Cone Sul é a região onde menos se compra armas em todo o mundo”, observou. Em relação a possível acordo comercial com na-

ções africanas, Suassuna destacou que esse entendimento seria com países como Líbia, Argélia e Marrocos. Ney Suassuna defendeu a necessidade de o Brasil criar um ministério de relações exteriores especialmente para os países da América do Sul e do Caribe, da mesma forma que a Líbia fez em relação à África.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) posicionou-se contrário ao Mercosul. “Antes do Mercosul, todos os países participantes eram superavitários, hoje são todos deficitários”, afirmou. Para Camata, esse mercado comum não foi bom negócio para o Brasil, assim como negócios com países africanos como Angola, Moçambique e Costa do Marfim redundaram em prejuízos. Camata manifestou-se também contrário ao ingresso do Brasil na Área

de Livre Comércio das Américas (Alca) enquanto os Estados Unidos impuserem restrições à entrada de brasileiros naquele país.

Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ser contrário à entrada do Brasil na Alca, da forma como está organizada. “A Alca é uma concorrente que pede proteção a Deus sob o manto do Diabo”, afirmou. O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a importância de acordos internacionais, mas criticou a posição argentina, que protegeu 300% mais produtos do que o Brasil em relação ao Mercosul. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lembrou que a desvalorização do real teve reflexos na crise pela qual passa a Argentina hoje. E o senador Nova da Costa (PMDB-AP) destacou a importância de criação de alianças com os países do Caribe.



O censo decenal foi citado por Romero Jucá como ponto alto do trabalho do instituto

Jucá destaca importância do IBGE para o país

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou a importância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na produção, análise, coordenação e consolidação de informações geográficas, estatísticas, ambientais e cartográficas em âmbito nacional. Os dados coletados pelo IBGE, disse Jucá, permitem que o governo trabalhe nas direções que mais rapidamente levarão o país ao progresso e ao bem-estar social.

Jucá apontou o Censo 2000, em fase de conclusão, como o maior e mais completo recenseamento já realizado no Brasil, tanto pela qualidade das informações coletadas, como pela abrangência do território brasileiro. O senador disse que o esforço de mais de 200 mil pessoas, entre recenseadores, supervisores e agentes censitários, resultou em dados precisos sobre o país em vários campos importantes do conhecimento. Ele ressaltou que o censo decenal “é o ponto alto dos trabalhos do IBGE”.

Jucá elogiou a valorização que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso dispensa ao trabalho do IBGE, exigindo o seu aperfeiçoamento constante em busca de dados cada vez mais confiáveis e atualizados sobre o país. O senador também saudou, em nome do presidente do instituto, Sérgio Besserman Vianna, o contingente de pessoas que trabalhou na realização do Censo 2000.

Lobão defende acordo para uso de centro de lançamento

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a realização de acordo entre os governos brasileiro e norte-americano para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. O acordo aguarda exame do Congresso Nacional para ser ratificado. O senador desta-



Para Edison Lobão, alguns aspectos do acordo precisam ser mais bem negociados com EUA

cou que o governo já investiu R\$ 600 milhões no centro e gasta R\$ 7 milhões, anualmente, em manutenção.

Para Lobão, aquele empreendimento não pode ser desperdiçado nem subutilizado, e é grande seu potencial na venda de serviços na área de lançamento de satélites. Mas o senador acredita que é preciso chegar a um acordo razoável em relação a algumas condições impostas pelo governo norte-americano para utilização do local, que dizem respeito à soberania nacional.

Entre os pontos que precisam ser melhor negociados com o governo norte-americano, o senador destacou a obrigatoriedade de que toda a documentação técnica necessária

para a operacionalização do centro seja avaliada pelos Estados Unidos.

— Essa é uma imposição muito séria. Pode, inclusive, ser fator impeditivo para consecução de negócios. Nenhum investidor de qualquer país soberano iria admitir que seus planos e tecnologias fossem devassados

por técnicos e peritos norte-americanos — afirmou.

Outro item polêmico, segundo o senador, é o que proíbe a utilização dos recursos obtidos a partir da utilização norte-americana do centro para pesquisa e desenvolvimento de qualquer veículo aéreo não tripulado.

Lobão acredita que o temor do governo americano seja de que o Brasil possa construir o Veículo Lançador de Satélite (VLS), mas, de acordo com o senador, o lucro conseguido com o negócio, de no máximo R\$ 200 milhões, segundo previsão da Infraero, represente verba insuficiente para desenvolver o veículo.

Segundo Gilvam, exigência de idioma estrangeiro prejudica ascensão social de quem não pôde ter acesso ao seu estudo



Gilvam quer proibir língua estrangeira em concursos

Projeto de lei apresentado pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP) proíbe a realização de prova para conferir conhecimento de idioma estrangeiro em concursos públicos, vestibulares e também nos testes para ingresso em cursos de mestrado, especialização ou doutorado. Conforme a proposta, a proibição não é válida para os concursos e seleções que visam ao preenchimento do cargo de tradutor.

— O projeto tem o objetivo de cooperar para o fortalecimento do princípio cardeal do estado de direito, que vem a ser a isonomia, cuja importância levou o Legislativo a gravá-lo como uma das cláusulas firmadas no parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição federal — disse.

Na justificativa do projeto de lei, que está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Gilvam Borges afirma que no Brasil, onde a desigualdade de

oportunidades existentes entre as pessoas é tão acentuada que não permite à maioria da população o acesso adequado aos meios de cultura, a exigência do conhecimento de idioma estrangeiro pelos órgãos públicos e universidades constitui um entrave ao cumprimento daquele princípio.

Segundo o senador, a exigência do domínio de língua estrangeira em concursos públicos e vestibulares afasta ainda mais a possibilidade de ascensão social daqueles que não tiveram, ao longo de suas vidas, quase nenhum acesso ao aprendizado de outros idiomas.

— É necessário que se volte a atenção para esses cidadãos, buscando ampará-los e fornecer-lhes meios de acesso à cultura e ao mercado de trabalho, fortalecendo, dessa forma, o verdadeiro sentido do princípio da isonomia — conclui Gilvam Borges.